

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

APOLLO JAMES DE SOUSA OLIVEIRA

Entre águias e dragões: A inserção internacional do Brasil diante da disputa hegemônica entre Estados Unidos e China (2016-2025)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Jéssica Silva Fernandes

Modalidade: Projeto de Mestrado

Uberlândia

2026

1. INTRODUÇÃO

Em 2011 o PIB Chinês ultrapassava o PIB japonês, e diante dessas transformações, muitos analistas anunciavam a possibilidade de que em uma década a China ultrapassaria os Estados Unidos enquanto maior economia mundial (BBC, 2011). Desde então, vivemos em um recorte da história onde a política internacional vem sendo marcada por uma disputa hegemônica entre essas duas grandes potências, cujo expansão não se limita apenas a uma relação bilateral, mas que engloba o mundo inteiro.

Desde 1978 com a mercantilização, e o processo de abertura comercial da China ao exterior, o país vem tomando cada vez mais espaço enquanto potência, carregando o segundo maior PIB mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (Lind, 2024), além de ser uma força tecnológica e científica que tem se mostrado peça central para o mundo, com os investimentos por parte do governo chinês de US\$ 172 bilhões em ambos os setores (Criscoulo, 2025). Não podemos esquecer também do papel geopolítico da China, desafiando as bases hegemônicas dos Estados Unidos, que desde a Segunda Guerra Mundial e principalmente no pós-guerra fria, mantiveram sua presença de maneira coerciva em outros países, com diretrizes de política externa voltadas para a “expansão do regime democrático no exterior” (Hooks; Spanier, 2009), uma justificativa para a invasão e intervenção da soberania dos Estados no sistema internacional.

A realidade da manutenção da hegemonia estadunidense ainda se expressa nos dias de hoje através da presença militar, liderando o ranking em uma pesquisa que catalogava 145 países sob os mesmos critérios (Suciu, 2024). Expressões desse conflito se tornaram cada vez mais aparentes com a guerra comercial iniciada em 2018 (Trevizan, 2019) e as taxações de 249% do governo estadunidense, com respostas firmes do governo chinês no ano de 2024 (Abdal; Ferreira, 2025). Ao longo deste trabalho observaremos a crescente dessa disputa e suas tendências de acirramento ao longo dos anos, tal como os eixos principais deste recorte histórico, as estratégias de contenção dos Estados Unidos e as estratégias de expansão da China, e possíveis desdobramentos de um momento tão sensível para o sistema.

E nesta conjuntura, o Brasil encontra-se em uma posição que, ao mesmo tempo que se mostra estratégica, também é desafiadora, podendo significar perdas em caso de má gestão da política externa ou decisões precipitadas, isso porque por diferentes fases da política externa, o Brasil se alinhou e construiu relações diplomáticas tradicionais com os Estados Unidos, país com quem divide laços políticos e econômicos a mais tempo do que seu relacionamento com a China (Roberto, 2011) mas este relacionamento com a China não pode ser ignorado,

levando em consideração a aproximação da relação política e econômica com a mesma nos últimos anos, tornando-a também uma grande aliada (Amorim; Ferreira-Pereira, 2021) e peça chave para os momentos de tensão.

Diante desses pressupostos, é possível observar a proximidade brasileira com os dois eixos do conflito encontrando-se em um espaço de triangularidade, em que suas escolhas refletem diretamente na disputa entre “águias e dragões”. Ao mesmo tempo que estar nesse espaço pode ser limitante e pode levar o Brasil a adotar políticas de equilíbrio e diversificação, estar dentro dessa relação complexa entre os polos da disputa também pode ser um cenário favorável, uma vez que com a consolidação do país como parceiro e ator mundial, qualquer diminuição participativa sua pode produzir impactos significativos nas dinâmicas mundiais, como, por exemplo, depois da resposta do presidente Luís Inácio Lula da Silva sobre o “tarifaço” de Donald Trump, que refere-se a um pacote intensivo de tarifas para a importação de produtos norte-americanos, o preço da carne que é exportada para os Estados Unidos chegou a R\$150 no país, enquanto a carne moída também aumentou expressivamente seu preço para R\$75 o quilo (Nakawaga, 2025). Portanto, a influência brasileira na disputa pode abrir brechas para que qualquer desvantagem se torne uma vantagem manipulável através da política externa, uma vez que a importância brasileira no cenário mundial se torna cada vez mais indispensável.

Desta forma, o presente trabalho pretende analisar a inserção internacional do Brasil diante do cenário de águias e dragões, revelando não só as dificuldades enfrentadas pelo manejo da política externa, mas também as oportunidades políticas e econômicas que, ao passar do tempo, vão se tornando mais evidentes. O cenário político brasileiro dos anos de 2016-2025 é essencial para a análise da conjuntura da política externa, uma vez que veremos que durante o ano de 2016 o Brasil passa por um golpe parlamentar, e a ultra direita de Michel Temer entra no poder depois do começo das construções de relacionamento com a China, gerando afastamento temporário da parceria e alinhamento aos Estados Unidos, alinhamento este que vai se tornar uma relação peculiar durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, e a palavra “peculiar” se aplica em um sentido profundo com a relação de proximidade além das barreiras da política externa e se estende para os membros da família do ex-presidente. A ruptura dessa relação vai se tornar clara com a volta ao poder do terceiro governo Lula, com o estreitamento ainda maior do que o que era no governo Dilma com a China. Atravessar a disputa através das diferentes personalidades que estiveram na presidência da república é, assim, o melhor caminho para entender o posicionamento e os possíveis novos caminhos da política externa brasileira.

O trabalho busca compreender e atribuir importância às possibilidades de protagonismo de países considerados periféricos ou ascendentes em um sistema internacional onde esses mesmos países tendem a ficar ofuscados e vistos como “não participantes” da dinâmica mundial de fato. A disputa pela hegemonia é um fator de transformações e importância para o mundo, e deve ser analisada também por outras lentes que nos mostram as transformações políticas, econômicas e históricas desse conflito para todo o sistema internacional. Assim, a pergunta norteadora para a realização desta análise será: de que maneira a disputa hegemônica entre Estados Unidos e China condiciona a política externa brasileira, e em que medida o Brasil exerce um papel fundamental nessa dinâmica de rivalidade?

1. JUSTIFICATIVA

Estamos vivendo um recorte histórico onde as constantes transformações de poder no cenário internacional e nacional fazem com que seja cada vez mais necessário a recapitulação das questões políticas do passado, os pesares do presente e ainda mais, novas perspectivas para o futuro. Desta forma, o tema faz-se necessário uma vez que diante da crescente disputa contemporânea entre Estados Unidos e China se torne cada vez mais necessário entender a forma em que conflitos hegemônicos afetam países emergentes que ainda carecem de análises profundas sobre suas posições essenciais no sistema internacional, como o Brasil, país central neste trabalho.

Estudar os Estados Unidos se faz importante para que possamos entender as implicações deste *hegemon* na política externa brasileira, uma vez que desde os anos que a bibliografia chama de “república”, tanto a economia quanto as relações diplomáticas entre ambos começou a ser interdependentes, e portanto, influentes de forma mútua. Estudar as relações Brasil-EUA nos anos de 2016-2025, é, também entender como a maior e menor inclinação nas relações podem afetar na política interna ao país, que veremos com o governo Dilma Rousseff que tanto sofreu situações de espionagem tanto teve seu impeachment indiretamente apoiado pelos Estados Unidos (Roberto, 2011).

Já as relações sino-brasileiras são importantes para construirmos um futuro preparados para entender as implicações da expansão chinesa na América Latina, e principalmente no Brasil, pois como veremos, esse investimento pode reduzir o dinamismo da economia a longo prazo, e assim, acarretar também a uma nova forma de dependência (Amorim; Ferreira-Pereira, 2021). Ademais, as oportunidades para um possível novo modo de

governança global longe das estratégias dos Estados Unidos, pode também dar novos espaços para a projeção brasileira no sistema internacional, levando seus interesses principalmente em instituições como o BRICS (Zaidan et al., 2025).

Hoje, o Brasil se destaca na América Latina não só por ser uma economia forte frente às outras em seu âmbito regional, mas por ser peça chave para o sistema internacional como um todo, sendo um ator influente nas relações internacionais contemporâneas e agora encontrando-se em uma posição complexa ao ter que equilibrar os interesses econômicos e de segurança entre China e Estados Unidos, que hoje disputam o lugar de liderança. Examinar a inserção internacional brasileira diante esse conflito durante os anos de 2016 - 2025, nos permite observar ainda mais como diferentes personalidades de governantes influenciaram as orientações ideológicas e estratégicas do país.

Compreender sobre a diplomacia brasileira, requer um estudo anterior sobre a política externa, que aqui é colocada como não apenas uma política ao exterior, mas sim uma política que conversa intrinsecamente com o âmbito doméstico; uma negociação das vontades do governo, do empresariado, dos trabalhadores, das organizações não governamentais e a academia, dentre outros atores que asseguram sua legitimidade. O estudo também interessa a compreensão popular da política externa brasileira com suas continuidades e rupturas, além de fomentar debates como autonomia, sobriedade, multipolaridade, e a capacidade brasileira enquanto mediadora e protagonista de um sistema internacional em mudança.

2. OBJETIVO GERAL

Analisar a maneira como o Brasil tem se posicionado diante da crescente rivalidade entre os Estados Unidos, que se encontra em posição de hegemonia, e a China, potência contemporânea, investigando as estratégias adotadas pelos governos Dilma Rousseff (2016), Michel Temer (2016-2018), Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), e o terceiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2023-2025) para conciliar interesses políticos e estratégicos para desenvolvimento nacional e diplomático com a “autonomia” no contexto de disputa atual.

3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir conceitos importantes, como “hegemonia”, “autonomia”, “teoria crítica”, “*soft balancing*” e explicar a posição de Hegemonia dos Estados Unidos;

- Explicar a ascensão da China como potência e ameaça nas zonas de interesse globais, tecnológicas, econômicas e diplomáticas para os Estados Unidos;
- Entender a posição do Brasil frente ao conflito, passando por diferentes governos e delimitar sua posição como protagonista e mediador;

3. METODOLOGIA

O Estudo será feito a partir de uma abordagem qualitativa, que se caracteriza pela investigação dos aspectos sociais do comportamento humano, sendo esta uma ferramenta que considera o contexto em que os objetos de pesquisa estão inseridos e as características da sociedade em que se inserem (Guerra et al., 2024). Seu caráter é exploratório-analítico, voltada para a compreensão da disputa de hegemonia entre Estados Unidos e China e a inserção internacional do Brasil diante deste conflito entre os anos de 2016-2025. A escolha dessa abordagem se dá pelo fato de que o tema em questão envolve discursos políticos, processos diplomáticos e econômicos que não devem ser reduzidos a uma análise numérica, mas sim, uma análise que exige interpretação extensiva sobre os dados estratégicos, discursos e diretrizes de política externa dos países envolvidos. Com isso em mente, a pesquisa será desenvolvida em quatro eixos.

Nesse viés, será realizado um levantamento bibliográfico com enfoque em autores na área de relações internacionais, com enfoque na explicação dos eventos de hegemonia, disputa econômica e institucionais, e poder no cenário internacional como Robert W. Cox, Susan Strange, Shaun Breslin, Cepaluni e dentre muitos outros. Suas teses vão nos ajudar a compreender termos importantes para o entendimento da pesquisa e vão nos dar base para a continuidade do tema desenvolvido.

Ademais, também será importante a análise documental vai ser guiada pela tese de Andre Cellard (2012) “a análise documental”, referência base para orientar o emprego das técnicas de análise, com enfoque em fontes primárias como os discursos dos presidentes dos Estados Unidos, principalmente os do ex presidente Barack Obama, que podem ser encontrados no [arquivo público e biblioteca e museu presidencial de Obama](#), e do então presidente Donald Trump, que podem ser encontrados tanto no site da Casa Branca, quanto no [Trump White House Archives](#). Os discursos dos presidentes brasileiros que passaram desde 2016 (Dilma e Temer) até 2025 (Bolsonaro e Lula III), sendo esses discursos disponíveis nos acervos online do [Itamaraty](#) (que neste momento estão restritos devido ao período eleitoral) e da [biblioteca da presidência da república](#). Será importante trabalhar também, com relatórios

de organismos mundiais do Banco Mundial, BRICS, ONU, comunicados e documentos dos Estados Unidos e China relacionados uns aos outros e ao Brasil, notícias e análises publicados de *Think Tanks*, como o CEBRI (centro brasileiro de relações internacionais), *Brookings Institute* e o CCG (centro para a China e Globalização). O objetivo é coletar o máximo de evidências que nos permitam entender como a disputa entre essas duas potências se manifesta em vários eixos políticos, nos dando a fundamentação necessária para a fundamentação deste projeto de mestrado.

Além disso, com base no material coletado, será feita uma análise dos governos Dilma (pré-golpe), Michel Temer, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva com o objetivo de identificar rupturas e continuidades nas políticas, considerando os alinhamentos ideológicos e estratégicos dos governos. E por fim, de forma complementar, serão incorporadas notícias de jornal e revistas especializadas nacionalmente e internacionalmente. Essas fontes serão essenciais para compreender a forma em que essa disputa é narrada para o público, tal como também serão usadas como reforço de informações para triangular as evidências encontradas para além de eliminar vieses, possamos obter a visão completa de todos os lados da disputa.

4. REVISÃO DE LITERATURA

A teoria base para a análise desse projeto é a teoria crítica de relações internacionais, e o ponto de partida é o trabalho do autor Robert W. Cox "*Social Forces, States and World Order: Beyond International Relations Theory*", que não só discute teoria, mas se aprofunda no papel da sociedade civil, ponto de extrema importância para o entendimento de que hegemonia faz parte de uma estrutura complexa que não envolve apenas as partes militares e econômicas, mas também modelos ideológicos e de classes sociais. E complementar a essa leitura, "*Gramsci, Hegemony and International Relations*" que é fundamental para entendermos o pensamento de Robert W. Cox acerca da Hegemonia, como as instituições e organizações internacionais atuam como ferramenta para a hegemonia.

Para entendermos a posição de hegemonia estadunidense, no texto "*The persistent myth of lost hegemony*" a autora Susan Strange parte da análise de desmitificar o rumor de que os Estados Unidos perderam sua hegemonia, e nos dá ferramentas essenciais para a análise de pilares estratégicos que um *hegemon* deveria dominar, sendo esses a segurança, poder estrutural, conhecimento e finanças. O artigo é importante para trazer essa análise para os dias atuais, mostrando de fato a forma em que os Estados Unidos ainda se encontra em posição de hegemonia dentro do sistema internacional.

Outra leitura importante para o desenvolvimento deste trabalho é o artigo do autor William Robinson “*Giovanni Arrighi: Systemic Cycles of Accumulation, Hegemonic Transitions, and the Rise of China*”, e neste artigo, Robinson explica a tese de Arrighi de que o capitalismo passa por ciclos de produção até a expansão financeira, o que ele chama de “outono” de uma hegemonia, e essa parte é importante para compreender o momento em que os Estados Unidos se expande enquanto potência. O texto também mapeia a mudança de centro de poder para o Leste Asiático e a China¹, argumento importante para que possamos analisar o porquê deste estudo se tratar sobre uma “disputa” hegemônica.

Kristen Hopewell também é uma autora complementar para um dos argumentos principais deste estudo, que segue a linha de Robinson em seu artigo chamado “*Power Transitions and global trade governance*”. A autora foca em como a ascensão da China está “quebrando” regras da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre financiamentos estatais para vendas externas, e o conflito entre o liberalismo do ocidente que nessa situação quer um campo de jogo equilibrado, e o desenvolvimentismo dos países emergentes que veem a ferramenta de crédito como estratégia para o desenvolvimento industrial. O argumento de Hopewell (2019) é importante para que nós possamos ver a forma que a China vem se posicionando em organismos multilaterais e impõe-se ao neoliberalismo ocidental quando assim lhe é favorável.

O artigo de Shaun Breslin “*The China model and the global crisis*” é de extrema importância para entendermos o caminho que a China levou para chegar ao ponto de destaque dentro do sistema internacional. O autor nos explica não só o caminho, mas também a ideia de excepcionalismo chinês de promoção da ideia de que esta é uma potência “diferente”, que respeita a soberania alheia e não impõem modelos políticos aos seus parceiros, tornando seu modelo atrativo para outros países em desenvolvimento.

Para analisar a posição do Brasil diante da disputa, o texto “Brasil, China, EUA: uma relação triangular?” José-Augusto Guilhon-Albuquerque (2014) analisa a parceria Brasil-China que se torna especial durante o governo Lula I e como ela se insere na relação com os Estados Unidos. O trabalho de Guilhon-Albuquerque (2014) nos interessa para entender como a aproximação com a China impacta nas relações diplomáticas que o Brasil tem com Washington, relações que são consideradas tradicionais para a política externa brasileira. E em complemento, para falarmos sobre o caráter da diplomacia brasileira, o artigo

¹ A mudança do centro de poder é colocada pelo autor pelo declínio militar e o esgotamento financeiro do ocidente (em especial os Estados Unidos), que deu espaço para a expansão do modelo chinês que centra seu desenvolvimento no trabalho e na soberania Estatal (Robinson, 2011).

de Cláudio Oliveira Ribeiro “Autonomia e universalismo como condicionantes da política externa brasileira” (2006) vai explicar conceitos fundamentais para entendermos o capítulo sobre os governos brasileiros nesse trabalho.

Hussein Kalout e Feliciano de Sá Guimarães (2022) complementam a linha de raciocínio de Guilhaon-Albuquerque no artigo “uma política externa Pendular entre EUA e China: o Brasil se protegendo para sobreviver”, pois defendem que o Brasil não deveria escolher um lado dentro da disputa, mas sim adotar uma política de *hedging*², que consiste em realizar movimentos pendulares diante da disputa hegemônica.

5. HIPÓTESE

6.1. Hipótese principal: O esgotamento do modelo de globalização americano (Abdal; Ferreira, 2025) impulsiona a busca por outras alternativas, dando espaço para que a China apresente-se como uma saída (Breslin, 2011), e o Brasil através de sua política externa representa papel fundamental diante da disputa hegemônica pela sua posição geopolítica estratégica com as duas potências.

O capitalismo muda conforme os anos, e sua sociedade burguesa também, e neste projeto, trabalhamos com a idéia de que a sociedade de classes está em transformação dentro do momento de reconfiguração mundial, e o Estado chinês está cada vez mais tomando espaço no sistema internacional e consequentemente sua burguesia também, já que “Estado” também é um aparato de dominação da classe dominante e espelho para a hegemonia em dimensão internacional (Cox, 1966). Diante dessa conjuntura, parte-se da hipótese de que a inserção do Brasil diante da disputa sino-estadunidense é marcada pela dialética da autonomia e do protagonismo em relação ao lugar de importância que o Brasil ocupa para ambos os atores da disputa, levando em consideração suas vantagens comerciais e geopolíticas com as relações que possui com ambos os países.

O Brasil se relaciona com os Estados Unidos historicamente para tentar garantir que seus interesses de desenvolvimento nacional fossem atendidos, vendo por muito tempo o *hegemon* enquanto um “espelho” para suas ações diplomáticas e econômicas (Roberto, 2011). Já as relações de proximidade com a China que temos na contemporaneidade é nova, e vem

² Estratégia intermediária entre “balancing” (organizar-se contra o líder) e “bandwagoning” (ir a favor do líder), reduzindo riscos e incertezas, além de garantir ganhos (Kalout; Guimarães, 2022).

sendo importante para a diversificação de parceiros para o Brasil, como também uma forma de depender menos dos Estados Unidos (Zaidan et al., 2025).

E a maneira com que o Brasil atua de forma ativa e não só reativa diante da crescente reconfiguração do sistema internacional atual dá se por meio de três fatores: 1) o perfil norteador da autonomia presente de forma histórica que é expressa através de diferentes formas a depender do perfil na tomada de decisões da política externa; 2) a inserção internacional do Brasil através de blocos econômicos e o multilateralismo, expressado principalmente pelos BRICS; e 3) política de *soft balancing* que busca minimizar os custos da disputa si.

6. HEGEMONIA, PODER E O SISTEMA INTERNACIONAL

Antes de entrar em qualquer discussão sobre o papel brasileiro no sistema internacional, é importante que visitemos alguns pressupostos e conceitos essenciais que nos nortearão até o fim deste trabalho. Primeiramente, é necessário entendermos a teoria crítica, a qual nos guiará pelas análises que serão feitas a partir daqui, para depois delimitarmos os conceitos de hegemonia para que fique claro a posição dos Estados Unidos como potência hegemônica no sistema internacional atual, para só então, analisarmos a ascensão da China, que aqui é colocada como rival em disputa pelo lugar de *hegemon* e contestadora da ordem vigente. A partir deste ponto, também discutiremos as razões pelas quais a China não entra apenas em um embate de poder, mas também apresenta indícios de que uma futura transição hegemônica, cujas implicações para a ordem internacional merecem sua devida atenção. Por fim, neste capítulo também falaremos sobre a diplomacia brasileira e seu conceito de autonomia, que se torna importante para entendermos os caminhos que o Brasil tem tomado que o levaram a atingir o papel de protagonista nesta disputa.

A priori, a teoria crítica não leva o poder institucional, social e as dinâmicas de poder como dadas ou certas, mas as questiona uma vez que se preocupa com as suas origens e como essas questões antes citadas podem e estão em estado de mudança constante, moldada por sua problemática, buscando também compreender processos de mudanças históricas. Essa teoria aborda a questão prática a partir de uma leitura que busca transcender a ordem existente, algo que outras teorias tomam para si como ponto de partida, clarificando o leque de alternativas possíveis para uma certa situação e a teoria também rejeita a permanência da ordem hegemônica existente (Cox, 1981). Assim, podemos concluir que tempos incertos nas relações internacionais fazem com que a teoria crítica se torne uma lente necessária não só para

pensarmos em uma perspectiva de ação, mas também avaliarmos a autoridade da ordem que nos impuseram enquanto país que mesmo em desenvolvimento ainda é tratado como periférico, e para nos aprofundarmos na ordem mundial, precisamos olhar primeiro para o Estado.

O Estado é a entidade básica para as relações internacionais, mas que varia de suas definições de vertente para vertente, e é importante para a continuidade desse projeto de dissertação deixar claro que a aparelhagem estatal vai além do referencial de país, mas também, tudo aquilo que envolve os aparatos de dominação da classe dominante como: a igreja, o sistema educacional, o jornal e todas as instituições que ajudaram a criar na sociedade certos modos de comportamento e expectativas consistentes com a ordem hegemônica em que essa mesma classe dominante impõe à sociedade civil. O Estado também assume um papel intermediário através do desempenho autônomo entre a estrutura global das forças sociais e as configurações de forças sociais. É de suma importância falar sobre o papel do Estado como lugar onde os conflitos sociais tomam forma porque a “ordem hegemônica” também tem a ver com o Estado, porque é dentro dele em que essa ordem começa, e começa com a burguesia, sendo a hegemonia expressa primeiramente em seu âmbito doméstico para depois ser expressa no sistema internacional (Cox, 1966).

O conceito de uma hegemonia no sistema internacional se fundamenta não apenas na regulação dos conflitos interestatais, mas também em aspectos como poder, ideologias, instituições e uma estrutura econômica global que conecta sociedades classes sociais e grupos econômicos de diferentes países, ou seja, depende de uma sociedade civil transnacional formada pela burguesia, instituições e intelectuais. Essa hegemonia a nível internacional é, portanto, uma ordem social e política em conjunto com a economia mundial com o modo de produção predominante que se estende para todos os países e se conecta com outros modos de produção subordinados, e é importante ressaltar que os modos de produção em países periféricos são chamados desta forma porque dentro dessa estrutura a hegemonia se manifesta de formas contraditórias em periferias porque a descentralização da produção para países de terceiro mundo iria satisfazer as demandas dos países periféricos, e onde essa estrutura falhasse ela iria se reassegurar através da estrutura de trabalho, enquanto os embates sociais gerados pela natureza da ordem hegemônica seriam combatidos pelo corporativismo. Outra característica importante para a definição do que é uma hegemonia em escala mundial, é a capacidade do Estado de fundar e proteger uma ordem mundial que é universal em concepção, onde a maioria dos Estados dominantes pudessem considerar como compatível com seus

interesses, organizados dentro das instituições e organizações internacionais (Cox, 1966;1981).

As instituições e organizações internacionais são, nessa linha de raciocínio, parte essencial para a expressão da hegemonia através de normas e mecanismos que colocam regras de comportamento para os Estados e as sociedades condizentes também com o modelo dominante de produção. As organizações internacionais e instituições internacionais são geralmente criadas pelo Estado estabelecedor da hegemonia, e essas instituições não são apenas o produto de um mundo hegemônico, mas também cooperam com as elites dos centros mundiais e as elites de países periféricos, refletindo condutas favoráveis a essa classe, bem como incorporam regras que facilitam a expansão da hegemonia e legitimam ideologicamente as normas desta ordem mundial, além de também absorver ideias contra hegemônicas (Cox, 1981). Com base nessa concepção, é possível chegarmos na atualidade dos Estados Unidos enquanto *hegemon* e sustentador da ordem.

Nas últimas décadas, os Estados Unidos continuam possuindo fortes aparatos de poder estrutural que é o poder de escolher e moldar as estruturas políticas e econômicas globais, as instituições políticas de outros Estados, empresas e as pessoas, ou seja, a capacidade de moldar as estruturas nas quais os atores operam. E o poder estrutural vem a partir de quatro pilares: o primeiro, a capacidade de oferecer controle sobre a segurança de outras pessoas, ameaçar, defender, negar ou ameaçar a segurança das outras nações (Strange, 1987). O segundo, diz sobre exercer controle sobre o sistema de produção de bens e serviços, que no ano de 2025 os Estados Unidos produziram U\$ 30,7 trilhões da produção de bens e serviços, com folga de U\$ 11 trilhões do seu segundo colocado, a China (Worldometer, 2025).

Outro fator a ser levado em consideração é a posição das empresas norte-americanas, que de acordo com a revista Forbes (2025), das dez maiores empresas do ranking, seis são estadunidenses. O terceiro diz sobre a determinação da estrutura das finanças e do crédito, que é inegável alegar que o dólar continua sendo a principal moeda das reservas internacionais, ou seja, o privilégio exorbitante dos Estados Unidos ainda é presente nos dias de hoje. O quarto, aparato do poder estrutural é a influência ou conhecimento, seja técnico, ideário ou religioso que influenciam a comunicação e o armazenamento de informações, que com empresas como a Open IA com 1 bilhão de usuários (Reuters, 2026) e plataformas da Meta que atendem 3,9 bilhões de usuários ativos (Meta, 2026), e o tamanho, riqueza e adaptabilidade das universidades norte-americanas, demonstram o domínio da disseminação de informações, das ideias e valores que circulam internacionalmente (Strange, 1987).

A China, enquanto a segunda parte da disputa pela ordem, se coloca nesse lugar desde os anos 2000, ficando conhecida pela mídia por ter um novo modelo de lidar com as questões econômicas e de governança, caracterizado principalmente pela inovação e o compromisso com o crescimento, mas o mundo passou a ver a China como uma alternativa depois da crise de 2008. O motivo para isso foi a performance chinesa, que não só passou pela crise praticamente intacta sofrendo apenas uma pequena desaceleração de crescimento antes de voltar a se expandir, mas também por ajudar outros países, inclusive o Brasil, a se recuperar da diminuição da demanda por parte da América do Norte e da Europa. Antes de apontar a atualidade da expansão chinesa, é importante passarmos pelos detalhes em que a fizeram tão forte (Breslin, 2011).

O “Modelo Chinês”, ou o “Consenso de Pequim”, foi o nome em que o sistema internacional para o processo de gradualismo, experimentação, globalização bem administrada, liberalização e estado forte que permitiram a sequência de reformas que fizeram com que a China não só se tornasse uma alternativa para a ordem mundial, mas também uma alternativa enquanto parceira comercial. O gradualismo dentro do modelo chinês se destaca por não ser um “choque” enquanto *modus operandi*, característica que se faz presente dentro do neoliberalismo, a experimentação também se faz diferente do modelo neoliberal pela capacidade de observação em aplicar apenas o que funciona para si, primeiro em partes do território, para depois ser aplicada para o país em um todo. A globalização bem administrada se mostra no controle político de usar o comércio exterior e o investimento onde lhe era benéfico e o suporte dado para suas indústrias exportadoras, e por fim, o Estado forte é a característica que marca a presença predominante do Estado nas questões econômicas (Breslin, 2011).

Esse conjunto de características não é exatamente diferente de outras experiências mundiais que possuem o mesmo papel presente da sua governança na economia, mas ainda assim se destaca. Evidencia-se porque atualmente a China possui o segundo maior PIB do mundo, que encerrou o ano de 2025 com um crescimento 5%³ (Tranding economics, [s.d]), que hoje procura depender cada vez menos do dólar enquanto moeda internacional com a expansão do Yuan (Torre filho & Pose, 2018), que se posiciona a favor dos seus interesses dentro das organizações mundiais, deixando claro que por si só com a sua expansão e sua influência com o BRICS, que hoje procura uma forma de unificar as medidas de pagamento intrabloco sem o dólar.

³ Os indicadores podem ser acessados aqui: <https://tradingeconomics.com/china/indicators>

No caso brasileiro, a política externa é conduzida pelo Itamaraty e pelo presidente da república com pouca participação de outros atores, isso porque existe uma falta de conhecimento sobre as atividades do ministério das relações exteriores com esses outros setores, mas ainda é importante esclarecer que o setor que mais participa das atividades do MRE é a burguesia, ou bem dizendo, as camadas do setor privado no Brasil, juntamente com as camadas decisórias do governo. Portanto, a primeira afirmação da natureza doméstica na política externa brasileira ainda se aplica, por ser um esforço da centralidade do Itamaraty em apesar disso acatar características culturais e assuntos domésticos nas suas decisões, como também um esforço do governo federal e seus órgãos decisórios de adaptar-se aos impulsos externos oriundos dos grandes centros hegemônicos, e seu estudo requer uma avaliação circunstancial e conjuntural (Ribeiro, 2006).

Nessas circunstâncias, a política externa brasileira tem tomado lugar dentro da disputa através da “autonomia” e pelo “universalismo” dentro de suas relações, sendo o universalismo a busca pela diversificação de contatos e parcerias que configuram essa forma de diplomacia, bem como também o estabelecimento de relações pacíficas e não excludentes, visto principalmente na atualidade através do presidente Lula⁴, que procura diversificar seus parceiros para não depender apenas de uma força hegemônica e procura manter o respeito com outros países e o esforço de participar de integrações com os países do sul global como caráter estratégico para a inserção internacional (Ribeiro, 2006).

Já a autonomia parte do desejo de participar e influenciar a agenda global com valores de enxergar os novos rumos da ordem internacional com os próprios olhos e perspectivas, uma tentativa de estabelecer esquemas cooperativos sem perder sua própria individualidade (Ribeiro, 2006).

Por fim, a maneira em que a política externa brasileira move suas peças no tabuleiro dentro da disputa sino-americana é através de um papel diversificado caracterizado pela vantagem da sua natureza de flexibilidade e pela procura de influência em um momento de reestruturação da ordem internacional. O papel da diplomacia brasileira é estratégico em seu cerne frente ao conflito, assumindo o papel central ao desempenhar processos de integração, regulação e decisórios no sistema internacional através do universalismo e da autonomia.

7. ÁGUIAS E DRAGÕES: A DISPUTA

⁴ Em outros momentos, a perspectiva universalista foi empregada, entretanto, o governo Lula ainda é o principal exemplo desta estratégia.

A relação diplomática e econômica sino-americana nem sempre foi conflituosa, e seu início remonta ao ano de 1970 por meio da “diplomacia pingue-pongue” que surgiu através do diálogo público e amigável entre jogadores de tênis de mesa, e a partir desse encontro entre os dois países surgiu, e do lado chinês isso veio em conjunto com a quebra de relações com a URSS depois de um período de proximidade, e do lado estadunidense veio a partir do interesse em juntar apoio na Ásia para enfrentar a URSS no contexto da guerra fria. Deste ponto, podemos separar a relação entre os dois polos da disputa em três momentos (Abdal; Ferreira, 2025).

- A diplomacia Pingue-Pongue aos incidentes da praça Tiananmen (1970-1989): aproximação geopolítica e reinserção da China nas instituições e comércios mundiais.
- Reinserção pragmática sob novas premissas (1990-2008): aproximação econômica e a incorporação da China à nova ordem global.
- Rivalidade Sistêmica (2008-dias de hoje): conflitos diplomáticos e ações desestabilizadoras por parte dos Estados Unidos.

O primeiro espaço temporal (1970-1989) é o primeiro contato, que se traduziu no comunicado de Xangai, divulgando a normalização das relações entre os países, e depois da visita nos Estados Unidos de Deng Xiaoping (presidente que buscava remodelar e remodelar a China) em 1979, o reconhecimento diplomático do país pelo *hegemon* passou a ser uma realidade. No final dos anos 80, as relações culturais entre ambos deu início aos “anos dourados”, dando espaço para a aproximação com outros países, em especial o Japão. Contudo, no auge da inserção chinesa no sistema internacional os incidentes da praça Tiananmen em 1989⁵ combinados a dissolução do bloco soviético, as relações diplomáticas sino-estadunidenses retrocederam juntamente com o relacionamento chinês com o resto do mundo ocidental, e como resultado, o diálogo entre os dois polos da disputa aqui estudados sofreram afastamento, tornando-se apenas comercial (Abdal; Ferreira, 2025).

O segundo momento (1999-2008) centrou-se com a discussão no *Status* de Nação Mais Favorecida (MFN) concedida à China, o mesmo regime que todos os países com relacionamento favorável com os Estados Unidos também estavam. As empresas chinesas mantinham o status no MFN, mas a despeito dos incidentes de Tiananmen, foram condicionadas a aplicação de direitos humanos, e em 1990, com a libertação de ativistas políticos que participaram dos protestos do incidente foram libertos, e a situação diplomática

⁵ O incidente de Tiananmen refere-se a repressão violenta de movimentos estudantis e populares que ocorreu em 1989 (Calhoun, 2012).

chinesa melhorou. Só em 1999 o então presidente dos Estados Unidos adota uma estratégia de incluir a China para “transformá-la” (Abdal; Ferreira, 2025).

O ponto máximo da boa relação entre EUA-China ocorre apenas nos anos 2000 depois da participação no ano anterior da China depois da participação chinesa no ano anterior em Belgrado, possibilitando a influência chinesa nas negociações da OMC. Com isso, em 2006 a China se torna a maior parceira econômica dos Estados Unidos e grande apoiadora da “guerra ao terror” dos anos seguintes (Abdal; Ferreira, 2025).

A partir do ano de 2008 é exclusivamente um marco temporal que coloca em primeiro plano a relação em declínio até o conflito. Tudo começou com um cenário político e econômico totalmente diferentes no sistema internacional, com a eleição de Barack Obama. A crise de 2008 (crise esta que por um breve momento transformou a China na maior credora dos Estados Unidos, possuindo títulos do tesouro nacional estadunidense no valor de US\$ 600 bilhões) e a China ultrapassou o Japão enquanto maior economia mundial 2010, enquanto os Estados Unidos usavam de instituições internacionais para tentar contrabalancear o crescimento da China, buscando reforçar seu projeto de globalização que também entrava em declínio. Um exemplo da tentativa de exclusão da China é a Parceria Transpacífica, que pode ser vista como uma forma de excluir a China dos acordos comerciais (Abdal; Ferreira, 2025).

Os anos que se seguiram foram marcados por uma nova abordagem da política externa de Xi Jinping, enquanto uma abordagem mais assertiva e aberta ao diálogo com os Estados Unidos. Portanto, as disputas sobre segurança cibernética e tensões no mar sul da China mostraram a virada de um ambiente amistoso para um ambiente competitivo, e o cenário complexo só se intensificou com a chegada de Donald Trump à presidência em 2016 tomando ações de enfraquecimento de instituições multilaterais e tarifas comerciais impostas a China, e a tentativa de reduzir os déficits deixados pelo governo Obama (Abdal; Ferreira, 2025).

Desta forma, “guerra comercial” pode ser um termo delimitado como o questionamento das relações comerciais estadunidenses principalmente com a China, pois o comércio entre ambos se contraiu em 15% e o comércio total de commodities decresceu em 37% em 2018. É importante destacar que o acordo bilateral de comércio de 2020 não significou o fim da guerra comercial, porque a administração Biden manteve parte significativa das tarifas do governo antecessor e implementou proibições nas exportações de microchips para a China com o objetivo de barrar seu desenvolvimento tecnológico e industrial, promovendo também o retorno da política industrial focada em subsídios (Abdal; Ferreira, 2025).

De 2021 para cá, as ações da disputa tomaram rotas ainda mais intensas com a bolsa de valores de Nova York removendo da lista as empresas China Mobile, China Telecom e China Unicom, a proibição de importação de tomate e algodão produzidos em Xianjiang e o anúncio de 59 empresas chinesas vinculadas ao exército proibidas de investimento. As ações ditadas acima, tanto as outras antes citadas desde a presidência de Barack Obama impactaram as cadeias de valor globais e causaram instabilidade no mercado financeiro, ressoando principalmente nas periferias mundiais (Abdal; Ferreira, 2025).

Depois de analisarmos as bases da disputa hegemônica, podemos afirmar que a nova ordem global é fruto desta, com seu início após a adesão da China à OMC⁶, e por serem duas potências historicamente interdependentes, em virtude da China ser a principal parceira comercial dos Estados Unidos, essa se torna principal beneficiária da globalização, destruindo a impressão de um Estado chinês confirmador do projeto de globalização estadunidense marcado pela política do dólar forte e a contrarrevolução monetária, mas um Estado chinês determinado a desenvolver seu próprio projeto de globalização, representado pela iniciativa da Rota pela Criação⁷ e o fortalecimento de novas instituições como o banco asiático de investimento (AIIB), o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o BRICS (Abdal; Ferreira, 2025).

Isso reflete a perda de competitividade dos Estados Unidos, elemento central da sua atual crise hegemônica com o desenvolvimento da China. Se o nacionalismo estadunidense se consolidar ainda mais nos próximos anos as ações desestabilizadoras norte-americana vão continuar sendo sistêmicas, dando espaço para a consolidação para a hegemonia chinesa a longo prazo (Abdal; Ferreira, 2025). A ideia de “longo prazo” existe, principalmente, porque era esperado que a China assumisse mais responsabilidades no sistema internacional, o que viria a sobrecarregar o país, e a China utiliza-se dos BRICS como uma maneira de aliviar a pressão sobre a sua posição, além de usar de sua postura entre os países do bloco para a aumentar a projeção da voz de países emergentes como o Brasil (apesar das divergências intra-bloco existirem) dentro do sistema e ter mais margem para negociações dentro das instituições internacionais acerca de suas responsabilidades assumidas, além de acelerar a internacionalização do yuan (Niu, 2013).

⁶ O processo ocorreu de 1986 até 2001, e envolveu múltiplas rodadas de perguntas e respostas, revisões de políticas comerciais, compromisso com a transparência no comércio e um processo de adaptação das normas domésticas da China (Franco, 2025).

⁷ Refere-se ao conjunto de programas de investimento chineses inicialmente focados em infraestrutura que constituiu uma grande plataforma de aplicação de investimentos em diversos setores produtivos, muitas vezes denominado como “projeto de globalização com características chinesas” (Mendonça et. al, 2022).

Agora, faz-se necessário analisarmos a situação da transição hegemônica uma vez que vimos que o momento geopolítico e econômico aponta para mudanças de poder a longo prazo nos quais suas bases vêm sendo construídas. Sob essa ótica, podemos dizer que as mudanças no crescimento mundial são indicativos da queda de Estados hegemônicos no sistema mundial enquanto “ciclos históricos de hegemonia”, e para identificar a ascensão de um *hegemon* temos que olhar para três fatores: poder político, liderança no comércio e liderança financeira, e dentro dessas três esferas a China contemporânea tem se destacado como a maior fabricante e fornecedora de produtos do mundo, maior nação comercial, maior credora e uma potencial participante nas finanças globais (Niu, 2013).

O sucesso econômico da China em conseguir progredir parte de sua economia para a posição de centralidade no sistema internacional está alterando a dinâmica mundial composta por um pequeno centro e uma vasta periferia (Ying; Bernal-Meza, 2021), como exemplo podemos levar a consideração a presença institucional chinesa nas instituições e a criação de novas organizações.

A China vem buscando desde 2010 uma nova estratégia de desenvolvimento focado em buscar encontrar soluções para problemas domésticos como a escassez de mão de obra, aumento dos salários e impactos ambientais. E em contraste, o antigo modelo chinês era assegurado principalmente pela relação mutuamente benéfica com os Estados Unidos. Por serem historicamente interdependentes, a tentativa de descolamento da economia estadunidense é vista como uma afronta ao desenvolvimento e economia dos EUA (Xing; Bernal-Meza, 2021).

Hoje, o inimigo do capitalismo liberal americano é o capitalismo com forte presença estatal chinesa, e é possível dizer ainda que a rivalidade nasce de uma competição intra-capital. A presença da China na África e na América Latina é enxergada pelos americanos como uma tentativa clara de integrar essas regiões ao seu sistema de produção e de acumulação de capital em dissonância com o modelo ocidental, e já que as duas economias estão ligadas pelo capitalismo, é esperado que de forma natural que entrem em conflito (Xing; Bernal-Meza, 2021).

Por fim, o esperado é que a disputa hegemônica não tenha um fim nem conclusão imediatos, não só pela complexidade com que tudo se resolve dentro de um sistema internacional interligado, mas também porque envolve o posicionamento das instituições internacionais (velhas e novas) que são ferramentas da hegemonia, das elites que também ditam o andar hegemônico, e da imprevisibilidade do sistema capitalista dentro da disputa.

8. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

No começo deste projeto, vimos o conceito de autonomia para a política externa brasileira, mas cabe aprofundarmos a análise para entendermos porque o Brasil é parte influente na disputa sino-estadunidense como raiz histórica da sua tradição diplomática. Entender que o conceito de autonomia para a PEB vai muito além de exercer uma política internacional autônoma mas também uma forma de salvaguardar-se dos efeitos políticos do sistema, articulando conceitos de interdependência, diversificação e universalismo, bem como entender que a interdependência é uma condição prévia à autonomia, e o universalismo e a diversificação (que ganha espaço no governo Lula I e II), são ferramentas para alavancá-la, e são conceitos essenciais para o entendimento da inserção brasileira no sistema internacional (Vigevani; Junior, 2017).

A autonomia é uma escolha da maneira de atuação do Estado, analisados pelo recorte temporal do determinado período, do seu contexto doméstico e seus recursos e um compromisso das elites com o projeto nacional. Desta forma, existe relatividade e graus dentro do conceito decididos pelo recorte histórico. Portanto, a autonomia no caso brasileiro não significa distância das temáticas mundiais, mas sim participação e interesse em influenciar a agenda mundial em diferentes graus a depender de quem está no comando das relações exteriores fazendo parte dos processos decisórios (Vigevani; Junior, 2017). Com isso em mente é importante ressaltarmos que este modelo de conduzir a política externa brasileira com características de protagonismo nem sempre foi uma realidade, principalmente, dentro das relações Estados Unidos e Brasil, e explorar a história dessa relação, também é entender o processo de busca de independência desse *hegemon*.

O começo dessa relação data de 1889 a 1995 na forma de aliança não escrita com a fundação do regime republicano. Nesta época, o Brasil manteve proximidade política e econômica, com a necessidade do governo brasileiro em afastar-se das monarquias e “republicanizar” a política externa aos moldes dos Estados Unidos, e durante a aplicação da Doutrina Monroe⁸ de natureza hemisférica e intervencionista, a PEB se manteve alinhada aos interesses dos EUA procurando uma forma de se beneficiar da segurança prometida por eles (Roberto, 2011).

⁸ A Doutrina Monroe foi apresentada inicialmente em 1823 por James Monroe para evitar a intervenção europeia na América, e durante os anos que se passaram a Doutrina foi reaplicada como instrumento de controle político e exploração na América Latina (Bethell, 2025).

Durante a grande depressão (1929) a insatisfação dos países latinos fez com que os Estados Unidos mudassem um pouco sua conduta, com o então presidente Franklin D. Roosevelt alegando uma política de boa vizinhança, mas o conteúdo real da política externa estadunidense continuou a mesma da Doutrina Monroe de intervenção na América Latina, o que não impediu que a aproximação se mantivesse presente na PEB. No governo Vargas, principalmente no seu segundo governo, o então presidente escolheu outra forma de abordar a política externa através de uma retórica populista nacionalista e até anti-imperialista com o governo negociando projetos econômicos mais favoráveis na crença de que o subdesenvolvimento poderia ser combatido através da ajuda internacional, sobretudo dos Estados Unidos, e no governo de Juscelino Kubitschek esforços em consonância com os EUA também foram uma realidade (Roberto, 2011).

A Política Externa Independente (PEI) de 1960 também foi pensada com os Estados Unidos, e em 1961, Jânio Quadros deu indícios de uma mudança no paradigma dessa relação, afirmando a posição brasileira de mudar seu caráter acessório e subsidiária de uma nação instrumentalizada por interesses estrangeiros. No entanto, a PEI é interrompida pelo golpe militar em 1964 com o apoio indireto dos Estados Unidos para a derrubada democrática, e durante o governo militar a aproximação com os EUA se expressou no incentivo do capital estrangeiro no desenvolvimento brasileiro, na revogação da lei de envios de lucro das corporações multinacionais e a aliança contra o comunismo na América do Sul. Neste momento, a relação bilateral para o Brasil se traduziria no mantra de que “o que é bom para eles, deve ser bom para nós também” (Roberto, 2011).

Em 1975 o Brasil tentou procurar um papel mais ativo dentro do sistema internacional, aproximando-se dos países árabes, sendo um dos primeiros países a reconhecer Angola como Estado soberano. De 1975-1985, o que marcou as relações EUA-Brasil foi uma onda de contribuições pelo alinhamento e a divergência de opiniões em vários momentos da guerra fria, polarizando relações pacíficas com o Norte e a tentativa de contestações políticas. O fato é que a maioria das administrações brasileiras apoiaram quase incondicionalmente a nação estadunidense ao alinhar-se ao sistema de segurança regional, e as tentativas de independência deste modelo não implicaram a ruptura com a política externa norte-americanas, fazendo com que ao longo da guerra fria a relação entre os países fossem concebidas a partir do que diplomatas e tomadores de decisão dos Estados Unidos definissem como suficientemente adequado para os países latinos (Roberto, 2011).

Na redemocratização brasileira essa situação começou a mudar de forma, a relação desses atores movidas pela crescente tensão entre bilateralismo e multilateralismo, o

surgimento do Mercosul, Nafta e ALCA e disputas na OMC são exemplos do multilateralismo que foram agentes transformadores das relações econômicas e políticas desses países. Portanto, até 2000, o mecanismo controverso permaneceu quase o mesmo: alinhar-se aos Estados Unidos para alcançar objetivos nacionais ao mesmo tempo em que se buscava emancipação e autonomia internacional. É com o governo de Luís Inácio da Silva (2003) que a política externa brasileira realmente se remodela (Roberto, 2011).

No primeiro governo Lula, a relação com os EUA continuou sendo importante, mas não prioritária e norteadora das estratégias diplomáticas do país. Celso Amorim (ex -ministro das relações exteriores) restaurou a credibilidade a ideia de autonomia política e soberania do Brasil no cenário internacional, defendendo o multilateralismo como base na “reciprocidade”. Com a independência econômica conquistada pelo Brasil e o reforço do regionalismo sul-americano e das estratégias através de blocos econômicos com outros países do globo (IBAS e BRICS, por exemplo), as relações com os Estados Unidos não foram um fator central para a diplomacia brasileira entre 2003-2010, diplomacia esta que se tornou verdadeiramente mundial através do aumento da importância do comércio com a China, o aumento dos agrupamentos regionais e a estratégia de diversificação dos parceiros comerciais (Roberto, 2011). Agora, para ter uma melhor dimensão da relação sino-brasileira, vamos analisar suas origens para entender as implicações para a política externa brasileira.

9.1 PEB Brasil- China

As relações com a China datam de 1881, mas o verdadeiro início dos laços comerciais e econômicos só aconteceram em 1970, onde os países restabeleceram relações cooperativas com base em seus pontos de vista semelhantes sobre temas como a adoção de políticas flexível sem alinhamentos ideológicos imediato e só em 1979 o comunicado oficial sobre a firmeza da relação foi oficializado pelos respectivos governos. Em 1993, depois da visita do primeiro-ministro chinês, Li Peng, as relações entre os países se tornaram ainda mais próximas ao nível de se virar uma parceria estratégica⁹, e o Brasil foi o primeiro país a tomar esse passo com a China. Já em 2012, como resposta à crise financeira de 2008, essa parceria atingiu um novo patamar, com direito ao reconhecimento chinês do papel brasileiro no sistema internacional e sua capacidade de ator transformador. Essa parceria surgiu

⁹ A parceria estratégica (relação de cooperação com outros países) é uma ferramenta importante para a China para o acesso a mercados e recursos, garantir estabilidade regional através de mecanismos de diálogo institucionalizados e a flexibilidade diplomática para a tomada de decisões sem a necessidade de alinhamento específico (Zhongping; Jing, 2014)

principalmente da busca de alternativas à influência norte-americana, e desde então, os números têm sido expressivos, principalmente no que diz o comércio entre ambos: de 2001 a 2019, o fluxo comercial cresceu de US\$3,2 bilhões para US\$98 bilhões. (Amorim; Ferreira-Pereira, 2021).

Portanto, essa relação esconde uma dualidade: a competição das exportações e uma nova forma de dependência. O primeiro ponto pode ser explicado pelo investimento chinês em produtos primários na região que a longo prazo iriam reduzir o dinamismo das economias latino-americanas, enfraquecendo-as no futuro. Já a dependência inevitavelmente está ligada à primeira explicação, já que ao se apoiar na China para as exportações, a economia brasileira tende a ficar refém da economia e da demanda chinesa. Desta forma, podemos concluir que, embora a parceria estratégica com a China seja benéfica, principalmente para o projeto de autonomia brasileira para diversificar o escopo diplomático, a longo prazo, exige cautela para não se tornar dependente (Amorim; Ferreira-Pereira, 2021).

Agora que discutimos autonomia para a política externa brasileira, vamos delimitar o escopo deste projeto de mestrado para os anos de 2016-2025 afim de entender como os governos conduziram sua política externa e navegaram pela disputa hegemônica entre Estados Unidos e China, uma vez que neste momento é inegável a participação do Brasil ainda que sem intenção pelo grau de proximidade com os dois atores da disputa.

9.2 O governo Dilma, Temer, Bolsonaro e Lula III.

Antes do *impeachment*, o governo Dilma Rousseff foi marcado como declinante nos assuntos externos, muito pelo enfraquecimento do diálogo entre Estado e segmentos dinâmicos da sociedade, a quebra da confiança de investidores e empresários nacionais e estrangeiros no governo, o enfraquecimento de estratégias e a inexistência de ideias novas capazes de motivar agentes externos como também a falta de gestão pública com a perda indutora do Estado (Cervo; Lessa, 2014).

O Brasil de Dilma Rousseff passou por dificuldades em formular estratégias para o comércio exterior, e por isso não conseguiu penetrar no regime econômico pós-crise. A ex-presidente, no entanto, mantinha o legado de seu antecessor com o fortalecimento de blocos econômicos, como o MERCOSUL e o BRICS, a criação do Banco de Desenvolvimento deste último bloco, e o fundo de reservas cambiais, por exemplo. Essa coordenação intrabloco deixou intelectuais europeus e estadunidenses descontentes por desejarem a manutenção da ordem que favorecia o antigo regime e consequentemente

também os favorecia, e em contraponto com os objetivos do bloco em uma ordem mais justa e democrática para os países emergentes. E apesar de Dilma prezar pela boa convivência com os americanos, a relação passou por momentos de turbulência principalmente com a falta de apreço pelo papel que o Brasil poderia desempenhar naquela época e a falta de apoio às tendências de longo prazo do universalismo e a autonomia no processo decisório da política externa brasileira (Cervo; Lessa, 2014).

O ponto alto do momento de instabilidade da dinâmica bilateral entre os atores veio com a revelação de espionagem da Agência Nacional de Segurança (NSA), que deixou Dilma Rousseff profundamente ofendida, porque além de ter o telefone grampeado, empresas como a Petrobrás também foram alvo de monitoramento, bem como civis comuns também foram interceptados. A revelação da espionagem levou ao rompimento da voz de protesto, suspensão das visitas aos Estados Unidos marcadas naquele ano, e a aceleração do projeto “BRICS *cable* de internet e autonomia” entre os países do bloco (Cervo; Lessa, 2014).

As relações com a China já eram intensas, e os investimentos no Brasil se aproximavam de US\$30 bilhões, e devido a cooperação sul-sul, essa parceria apareceu em três eixos: político, empresarial e científico-tecnológico enquanto ocorria o distanciamento com os Estados Unidos. Estratégias de segurança dos BRICS também encontraram resistência por parte dos EUA pela centralidade em que Dilma colocou a Rússia e a China dentro do bloco (Cervo; Lessa, 2014).

Podemos concluir que durante esse período, apesar de uma política externa que apresentava dificuldades, houve incômodo por parte dos EUA com a aproximação brasileira com a China, e a espionagem é um bom exemplo de como o Brasil é parte importante não só dentro da disputa, também tem sua importância dentro de um sistema internacional em transformação com seus posicionamentos. É só em 2016 por causa de crises econômicas e políticas internas ao país, Dilma Rousseff sofre um impeachment e seu vice, Michel Temer, assume a presidência da república em agosto do mesmo ano (Amorim; Ferreira-Pereira, 2021), e por este governo ser um marco transitório, analisaremos sua postura final frente ao conflito juntamente com o de seu sucessor.

Quando Temer assume o poder, a primeira impressão deixada por ele é sua proposta de uma nova política externa, com foco na pauta comercial da Venezuela, captação de investimentos, a postura crítica ao governo Maduro, a posição moderada e pragmática em relação ao conflito árabe-israelense e a China pela necessidade de defender interesses econômicos e políticos. Durante sua breve passagem pela presidência, Temer foi responsável pela suspensão da Venezuela do Mercosul e a criação do grupo de Lima (2017),

argumentando a necessidade de “desideologizar a política externa brasileira” (Oliveira Moreira, 2021). O ex-presidente em certa medida afastou-se das políticas de cooperação sul-sul e de integração regional, focando-se mais na visão neoliberal e alinhado aos interesses dos Estados Unidos e outros Estados considerados por ele como desenvolvidos; a “mudança” da PEB faz-se real no sentido de ruptura com os governos passados e como um consolidador para a chegada do Bolsonaro à presidência em 2018 (Amorim; Ferreira-Pereira, 2021).

Jair Bolsonaro argumentava a mudança dos rumos do Itamaraty, com foco na mudança de postura em relação à China e o reposicionamento do papel político no conflito árabe-israelense de forma mais ideológica e menos pragmática do que os governos passados. Dentre os objetivos da política externa de Bolsonaro também estava presente a desconstrução da agenda política do Partido dos Trabalhadores (PT), partido político de Lula e Dilma, e esteve pautado em implementar um viés ideológico e teve grupos como o agronegócio para recuar em sua postura anti-China (Amorim; Ferreira-Pereira).

A aproximação com os Estados Unidos trouxe também a aproximação com Israel, e isso é demonstrado dentro de fóruns da ONU, onde a posição brasileira passou a ser pró-Israel (Oliveira Moreira, 2010). Esta maneira de conduzir a política externa trouxe a queda do multilateralismo, o desrespeito pelas leis internacionais e o *soft power* brasileiro construído nos anos anteriores. Durante esse governo o Brasil passou de mediador e líder nas pautas internacionais para ser considerado uma ameaça, principalmente nas discussões ambientais com as queimadas de 2019 (Amorim; Ferreira-Pereira).

A maneira de Bolsonaro de conduzir a política externa em consonância com os Estados Unidos é uma questão a ser analisada à parte, porque a relação deixou de ser entre Estados e passou a ser “Trump e Bolsonaro”. Em uma conferência de imprensa em março de 2019, Trump reconheceu a similaridade de visões e enfatizou a proximidade dos países naquele momento:

I also know that we're going to have a fantastic working relationship. We have many views that are similar. And we certainly feel very, very true to each other on trade. I think Brazil's relationship with the United States, because of our friendship, is probably better than it's ever been by far (Donald, 2019).

O presidente Trump também ameaçou o Brasil com tarifas de 50%, e uma de suas demandas para que isso não acontecesse era o “fim da caça às bruxas” (termo usado por ele) com Bolsonaro, que na época estava sendo julgado (Sherman, 2025), além dos posicionamentos platônicos de admiração do ex-presidente brasileiro dizendo ser literalmente “apaixonado” pelo presidente estadunidense e afirmou ainda que o presidente sempre o tratou

como irmão (CNN, 2025). O relacionamento também se estende para a família, uma vez que as articulações com o ex-presidente se estendem através de seus filhos, principalmente Eduardo Bolsonaro que prometeu buscar acordos bilaterais de comércio com os EUA, libertando o Brasil das “amarras do Mercosul”, cassar ministros do STF que tem tomado decisões contra plataforma americanas das redes sociais e a desvinculação do Pix dos pagamentos internacionais (BBC, 2026).

Concluimos então que a política externa brasileira durante o governo Temer diante da disputa sino-estadunidense foi marcado pela indiferença com uma pequena inclinação ao Estados Unidos por sua característica de ultradireita, uma postura que marca o começo da ruptura com os governos anteriores, um caminho para que quem tomasse seu lugar exercesse controle de uma ordem política que já estava semeada no sentido em que a oposição fosse em menor escala. Já no governo Bolsonaro esse caminho se torna mais evidente com o apoio massivo dos seus apoiadores nas medidas tomadas por ele, e sua posição na disputa hegemônica se faz clara pelo grau de proximidade com Donald Trump, posição essa que fez parte de um alinhamento ideológico que serviu também para desfavorecer a China dentro do sistema internacional como anteriormente visto neste trabalho.

Com a volta de Lula (2023), o multilateralismo voltou em um cenário onde o diagnóstico era o isolamento internacional, e seu principal objetivo a ser aplicado era a reinserção do Brasil no mundo. No seu terceiro governo, o presidente também defendeu o retorno do país como protagonista global e defensor de uma política externa “ativa e altiva”, a autodeclaração dos povos e o compromisso com o multilateralismo. Se pudéssemos ser breves sobre a dialética da política externa brasileira nesse momento, podemos dizer que o seu objetivo seria “arrumar a bagunça” que Bolsonaro deixou com seu projeto de engrandecimento próprio mesquinho, um guia para as correções necessárias (Lima, 2023).

O Brasil voltou a participar do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, se retirou do Consenso de Genebra e a revisão dos vistos humanitários haitianos e afegãos. No plano regional, Lula anunciou em seus primeiros discursos o retorno do país a diversos fóruns de decisão Sul-sul, priorizando também a reconstrução do relacionamento com a Venezuela que havia sido isolada pelo governo anterior (LIMA, 2023). Na atualidade vemos o afastamento com as relações com os Estados Unidos e a aproximação com a China, que com o tarifaço se juntaram ainda mais através dos Brics (BBC, 2025), além do apoio de Lula para a internacionalização do Renminbi, acordos de tecnologia, energia e diversificação econômica, incluindo projetos espaciais (Rubiolo; Fiore, 2024).

Por fim, esse projeto de mestrado se faz importante para a compreensão do futuro brasileiro na política externa, uma vez que foi mostrada a importância de suas intervenções para o cenário de transição de poder enquanto país que busca protagonismo no sistema internacional.

9. CRONOGRAMA

FIGURA 1- CRONOGRAMA EXECUÇÃO

ETAPA	1o. SEMESTRE (2027/1)			2o. SEMESTRE (2027/2)			3o. SEMESTRE (2028/1)			4o. SEMESTRE (2028/2)		
	1º TRI	2º TRI	3º TRI	1º TRI	2º TRI	3º TRI	1º TRI	2º TRI	3º TRI	1º TRI	2º TRI	3º TRI
Crédito de matérias	X											
Levantament o bibliográfico	X	X	X	X								
Metodologia			X	X								
Coleta de dados					X	X	X					
Escrita e dissertação							X	X	X	X		
Revisão final e correção										X	X	
Defesa												X

fonte: elaboração própria, 2026

REFERÊNCIAS

- ABDAL, A.; FERREIRA, D. M. As relações diplomáticas e comerciais entre a China e os EUA no século XXI e a falácia da Guerra Fria 2.0. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 45, n. 4, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/yTQpCbdpcz5cJMw4ZFGfHCJ/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2026. <https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3758>
- AMORIM, S. C.; FERREIRA-PEREIRA, L. C. Brazil's quest for autonomy in Asia: the role of strategic partnerships with China and Japan. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 64, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/VDJGMRSm6cPT7KGFPXPsxNy/?format=html&lang=en>. Acesso em: 20 jun. 2026. <https://doi.org/10.1590/0034-7329202100203>
- BBC. **A conversa entre Lula e Xi Jinping: laços entre os dois países estão no melhor momento, diz líder chinês - BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cqlezy3nx7qo>. Acesso em: 3 jul. 2026.
- BBC. **Pix, Mercosul e redes sociais: o que Flávio prometeu a Trump caso seja eleito - BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz9l047qg3zo>. Acesso em: 3 jul. 2026.

BETHELL, L. A Doutrina Monroe nas relações entre os EUA e a América Latina. *CEBRI-Revista*, v. 4, n. 16, p. 63-80, 2025. <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2025.16.02.04.63-80.en>

BOJIKIAN, N. M. P.; FERNANDES, L. H. DE S. R. **A disputa EUA-CHINA na América Latina: Coerção, consenso e mediação das elites no Brasil e no México.** Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=07e6b337-e1f9-4812-8a03-528f4438fb4c>. Acesso em: 20 jun. 2026.

BRESLIN, S. The "China Model" and the Global Crisis: From Friedrich List to a Chinese Mode of Governance? *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, v. 87, n. 6, p. 1323-1343, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2011.01039.x>

CALHOUN, C. Revolution and repression in Tiananmen square. *Society*, v. 26, n. 6, p. 21-38, set. 1989. <https://doi.org/10.1007/BF02700237>

CELLARD, André. **A análise documental.** In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316. Disponível em: https://csociais.wordpress.com/wp-content/uploads/2026/05/analise-documental_cellard.pdf. Acesso em: 14 jul. 2026.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, n. 2, p. 133-151, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/CKYGVYXfKP6GvwydF8WLqPF/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2026. <https://doi.org/10.1590/0034-7329201400308>

CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-entenda-gastos-de-paises-da-otan-com-defesa/>. Acesso em: 19 jun. 2026.

CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-aprovam-pacote-de-ajuda-a-ucrania-pago-por-aliados-diz-kiev/>. Acesso em: 18 jun. 2026.

CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eu-sou-apaixonado-pelo-trump-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 3 jul. 2026.

Criscuolo, Leandro Costa. **“Corrida Tecnológica: China Demonstra Confiança No Futuro.”** Olhar Digital, 11 Mar. 2025, olhardigital.com.br/2025/03/11/pro/corrida-tecnologica-china-demonstra-confianca-no-futuro/

DONALD, Trump. **Remarks by President Trump and President Bolsonaro of the Federative Republic of Brazil in Joint Press Conference – The White House.** Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-president-bolsonaro-federative-republic-brazil-joint-press-conference/>. Acesso em: 3 jul. 2026.

FLAMES, D. **O Brasil Na Iniciativa BRIC: Soft Balancing Numa Ordem Global Em mudança?** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262507708_O_Brasil_na_iniciativa_BRIC_soft_balancing_numa_ordem_global_em_mudanca. Acesso em: 20 jun. 2026.

HOOKE, Steven W.; SPANIER, John. *American Foreign Policy Since World War II*. 20. ed. Washington: CQ Press, 2019.

KALOUT, H.; DE SÁ GUIMARÃES, F. **Uma Política Externa Pendular Entre EUA E China: O Brasil Se Protegendo Para Sobreviver** CEBRI Revista. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/57/uma-politica-externa-pendular-entre-eua-e-china-o-brasil-se-protegendo-para-sobreviver>. Acesso em: 21 jul. 2026.

LIMA, M. R. S. DE. **A dialética da política externa de Lula 3.0**. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/74/a-dialetica-da-politica-externa-de-lula-30>. Acesso em: 3 jul. 2026.

Lind, Jennifer. “**Back to Bipolarity: How China’s Rise Transformed the Balance of Power.**” *International Security*, vol. 49, no. 2, 2024, pp. 7–55, direct.mit.edu/isec/article/49/2/7/125214/Back-to-Bipolarity-How-China-s-Rise-Transformed, https://doi.org/10.1162/isec_a_00494.

MENDONÇA, M. A. A. DE; LOPES FILHO, C. R. DA F. U.; OLIVEIRA, J. K. B. DA S. A. **Nova rota da seda e a projeção econômica internacional da China : redes de financiamento, fluxos de Investimento externo Direto (IED) e contratos de construção**. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/59215d70-7764-4575-b66f-ea79407199ad>. Acesso em: 17 jul. 2026.

MURPHY, A.; SCHIFRIN, M. **The Global 2000 2025**. Disponível em: <https://www.forbes.com/lists/global2000/>.

NIU, H. A grande estratégia Chinesa e os BRICS. *Contexto Internacional*, v. 35, n. 1, p. 197-229, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/pY8SpTsKSs3MvDdRNtjQD6v/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2026. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100007>

OLIVEIRA MOREIRA, D. S. Continuidades e Descontinuidades nos Governos Temer e Bolsonaro na Política Externa Brasileira (2016-2020) | Continuities and Discontinuities in the Governments Temer and Bolsonaro in Brazilian Foreign Policy (2016-2020). *Mural Internacional*, v. 11, p. e51549, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/51549>. Acesso em: 20 de jun. 2026 <https://doi.org/10.12957/rmi.2020.51549>.

Plataformas e tecnologias da Meta. Disponível em: https://www.meta.com/pt-br/technologies/?srsltid=AfmBOoq_GENhFt5jey_xpntK7dMHY-skfHQIw0CuqOBxIMpNiucFZiu0. Acesso em: 19 jun. 2026.

REUTERS. **ChatGPT atinge 1 bilhão de usuários ativos mensais, diz Sensor Tower**. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2026/06/02/chatgpt-atinge-1-bilho-de-usurios-ativos-mensais-diz-sensor-tower.ghml>. Acesso em: 19 jun. 2026.

ROBERTO, C. **A Importância das relações Brasil-Estados Unidos na política externa brasileira**. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/bb691d7f-b67b-4004-96fe-d58307f96628>. Acesso em: 20 jun. 2026.

ROBINSON, W. I. Giovanni Arrighi: Systemic Cycles of Accumulation, Hegemonic Transitions, and the Rise of China. *New Political Economy*, v. 16, n. 2, p. 267-280, 1 abr. 2011 <https://doi.org/10.1080/13563467.2010.512657>.

RUBIOLO, F.; FIORE, G. **Balancing continuity and adjustments in Brazil’s foreign policy towards China: a comparative approach between Bolsonaro and Lula’s third term**. Disponível em: <https://janusonline.autonoma.pt/en/edicao/balancing-continuity-and-adjustments-in-brazils-for-eign-policy-towards-china-a-comparative-approach-between-bolsonaro-and-lulas-third-term/>. Acesso em: 17 jul.. 2026.

SHERMAN, N. **Trump threatens Brazil with 50% tariff over Bolsonaro trial**. *BBC*, 9 jul. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/c784ee81y4zo>. Acesso em: 3 jul.

Trevizan, Karina . “**Guerra Comercial: Entenda as Tensões Entre China E EUA E as Incertezas Para a Economia Mundial.**” *G1*, 16 Aug. 2019,

g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/16/guerra-comercial-entenda-a-piora-das-tensoes-entre-china-e-eua-e-as-incertezas-para-a-economia-mundial.ghtml. Acesso em 22 Aug. 2025.

VIGEVANI, T.; JÚNIOR, H. R. Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. *Dados*, v. 57, n. 2, p. 517–552, 1 jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/X5MthYt8gwNNxq9Bqmq4nQP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2026.

WORLDOMETER. **GDP by Country**. Disponível em: <https://www.worldometers.info/gdp/gdp-by-country/imf-2025-nominal-worldwide/>.

XING, L.; BERNAL-MEZA, R. China-US rivalry: a new Cold War or capitalism's intra-core competition? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 64, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/tPFgRF7VfFkZ9hxcd6hpsFG/?lang=en>. Acesso em: 3 jul. 2026 <https://doi.org/10.1590/0034-7329202100110>

ZHONGPING, F.; JING, H. **China's Strategic Partnership Diplomacy: Engaging with a Changing World**. Disponível em: <https://egmontinstitute.be/chinas-strategic-partnership-diplomacy-engaging-with-a-changing-world/>. Acesso em: 21 jul.. 2026.

ZAIDAN, J. V. et al. **Prospectos de uma nova ordem : a disputa hegemônica entre China e Estados Unidos e os caminhos da política externa brasileira no sistema internacional**. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/3eb34cad-2433-4f76-b0c6-e6ccd3367846>. Acesso em: 20 jun. 2026.